

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO ALEXANDRE POSTAL – PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Órgão auditado: Executivo Municipal de Mato Queimado
Assunto: Esclarecimentos
Período Examinado: 2020
Processo: 0661-0200/20-7

ORLANDO THOMAS, Administrador do Poder Executivo Municipal de Mato Queimado, no exercício do ano de 2020, vem, perante este egrégio Tribunal de Contas, por intermédio de seu procurador infra-assinado, na forma do inciso IV do art. 12 do Regimento Interno dessa Corte, no devido tempo, prestar **ESCLARECIMENTOS**, nos termos que seguem:

Dos Esclarecimentos

3.1.4. Da Base de Legislação Municipal - BLM

Neste aponte, houve de fato a entrega na “confirmação” da remessa do atraso. A alimentação do sistema é feita à medida que são editadas as leis e as normas a serem publicadas. A confirmação é realizada quando do prazo legal.

Nestes dois trimestres, as normas foram publicadas dentro do prazo, porém a confirmação deu-se após o prazo fixado.

4.2.1. Legislação Municipal

Esse aponte já havia sido identificado, antes mesmo do relatório. Conforme manifestação da própria UCCI, (anexo I), já havia um estudo para alteração da legislação, visando atender os preceitos legais.

O projeto de Lei está em elaboração para encaminhamento e apreciação, comprometendo-se a própria UCCI a encaminhar ao Tribunal quando de sua aprovação.

4.3.2. Destinação de Recursos Financeiros para o funcionamento da Unidade Central de Controle Interno

Esse aponte também merece desconsideração. Pelo organograma do Município, a UCCI está vinculada ao Gabinete do Prefeito, cuja ação está aberta no orçamento. Toda a despesa oriunda do departamento de Controle Interno é devidamente identificada no código de despesas correspondente.

5.5.4. Abertura de Créditos Adicionais com Recursos do Excesso de Arrecadação

Este aponte não passa de um erro formal na elaboração do (s) Decreto (s) que alteraram o orçamento, conforme previsto na LDO e na LOA.

Em relatórios anexos, constata-se que o exercício de 2020, teve de fato a diferença do valor como insuficiência na fonte de recurso. Porém, não houve prejuízo financeiro ao Município, nem aos seus órgãos. O relatório que acompanha a presente, demonstra (está publicado também) que houve uma sobra de recursos livres na ordem de R\$931.069,66, ou seja, menos de 4% do recurso livre de sobra foi o valor da insuficiência na fonte de recurso. Os decretos que foram editados, onde constam como “excesso de arrecadação” deveriam ter constado como superávit financeiro.

Porém, como sempre havia recursos suficientes para atender as demandas, não há registro de dívidas sem caixa, a conta restos a pagar” sempre foram dotados com recursos suficientes ao final dos exercícios, a conta excesso de arrecadação serviu, mesmo que errônea, como parâmetro. Não houve dolo ou má fé. Os relatórios contábeis e de gestão fiscal mostram que o Município sempre teve austeridade na gestão e saldo nas contas para prover

investimentos e saldo suficiente para atender a sua manutenção e as transferências constitucionais.

Um erro formal, advindo de um exercício onde o quadro de pessoal foi reduzido pela Pandemia, onde houve substituição temporária, onde houve trabalho em jornada reduzida, em atividades “home office”, não se pode avançar na penalização do gestor. Portanto, não pode prosperar.

11.5.1. Previsão Normativa

A disciplina do Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, neste município é vinculado ao sistema e pertencente ao Sistema Estadual de Ensino, portanto seguimos as normativas do Conselho Estadual de Educação do RS, em especial a Resolução Nº 297/2009 de 07 de janeiro de 2009 a qual institui normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e trata da obrigatoriedade da inclusão do estudo da história e cultura indígena nos currículos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

Isso está delineado em declaração da Secretaria de Educação anexo a este, juntamente com a Resolução 297/09, de 07/01/2009 do Conselho Estadual de Educação.

13.1.1. Políticas Municipais de Meio Ambiente

Neste quesito, algumas considerações se fazem necessárias antes do mérito. Reconhecemos que a questão ambiental passa por questões técnicas e com mudanças frequentes. Há de se frisar, que nem todos os apontes relacionados estão em acordo ou que estejamos totalmente incorretos. Precisamos ajustar sim, mas muitos caminhos já foram percorridos.

Cita-se, por exemplo, a implantação do Plano Municipal Ambiental. Citamos a implantação do mapa Municipal de Zoneamento Ambiental (anexo IV). Citamos ações ambientais como o Pacuera formalizado em função da UHE São José. Citamos a criação da Lei e do Fundo Municipal (leis 840 e 851/2010) que no seu corpo já disciplinam as ações, anualmente a defesa Civil traça as áreas de risco, entre outras. Está havendo o ajustamento do que for necessário.

13.2.5. Coleta Seletiva e Participação Comunitária

Com relação ao aponte, é peculiar a informação de que o Município possui estrutura terceirizada, (com eficiência diga-se) no recolhimento do lixo. O contrato advindo de processo licitatório, previa inclusive a possibilidade. Nesta seara, é conveniente informar que o Município de Mato Queimado possui 60% de sua população residindo no interior. Essa população tem recolhimento de lixo uma vez por mês, recolhendo material que tem como destino aterro sanitário com licença ambiental. Na cidade, são pouco mais de 500 habitantes, com recolhimento 3 vezes por semana. Já houveram tentativas de proceder na forma seletiva, mas a população em nenhum momento sinalizou com a adesão desta forma.

Em termos de custos, seriam ainda maiores, pois o recolhimento teria que ser diário e alternado. É preciso compreender que a estrutura municipal, embora falha com a política nacional ambiental, também analisa seus custos, cujos orçamentos tem estagnado nos últimos anos, cujas receitas constitucionais tem-se mantido estáveis, e as despesas tem tido um crescimento desigual em relação à receita. A coleta seletiva nas características do Município serviria apenas para adequar a legislação. Mesmo isso posto, existe o debate sobre o tema, e em nenhum momento a gestão se escondeu do problema. Ainda em 2020, houve um grande estudo sobre o tema, com a edição da elaboração do Plano Integrado de Resíduos Sólidos.

14.1.1. Órgão Responsável pelas Políticas para Mulheres na Estrutura Administrativa Municipal

Neste aponte, é questionável a informação. Embora não haja um centro de custos específico, um espaço adequado exclusivo ou estrutura específica, em nenhum momento a população feminina é desassistida ou colocada em igualdade aos demais segmentos. Pelo contrário. O gabinete da 1ª dama trabalha ações voltadas às mulheres que encontram também na Secretaria de Assistência Social toda forma de assistência desejada.

O Município precisa analisar, pelo seu porte e sua estrutura financeira, atender as demandas da sociedade com eficiência, sem comprometer a sua receita total com isso. Por esta razão, são cumulativas as pastas, embora não haja descrito no organograma as finalidades como um todo. O público (mulheres) tem assistência jurídica, previdenciária, psicológica, social, cultural, familiar, saúde, entre outros.

15.3.1. Instituição

O Conselho Municipal de Saúde possui desde março de 2001 (3 meses após a instituição do Município) um regimento interno. Em 2003, houve a alteração e adequação do regimento, aprovado conforme comprovantes anexos. Já no ano de 2010, houve novamente o estudo e aprovação de um novo regimento, adequando o funcionamento do Conselho as novas normativas, aprovado pela Ata 10/2010, de 19/07/2010.

Todos os documentos estão em anexo.

15.4.1. Instituição

A pauta para adequar a legislação e consequentemente implantar seu regimento está em análise, podendo ser apresentada a este Tribunal assim que concluída.

15.5.1. Instituição

O Conselho não está instituído pelas características do Município. Com a instituição do Marco regulatório em 2020, o Município está preparando o projeto de lei. Além disso, é importante frisar que as ações de saneamento, mesmo não tendo o conselho formalizado, atendem a população.

Prova disso, por exemplo, o Município atende praticamente 100% da população com água potável, com tratamento e com manutenção. Mais de 99% da população possui esgoto sanitário através de fossas sépticas e sumidouros, com a participação do Município.

15.6.2. Composição

Com relação ao aponte, o ano de 2020 foi um ano atípico. Houve, de fato, a redução de conselheiros por algumas entidades, entre estas a EMATER pela substituição de profissionais de quadro. Mesmo fazendo parte como indicados, estes em função da Pandemias e por ser vulnerável, e tendo a orientação de seus superiores, passaram a exercer a atividade pelo sistema remoto, estando fisicamente ausente. Ainda neste período, pela própria pandemia, houve uma redução de reuniões presenciais, já que, pelo sistema EAD algum conselheiro tem dificuldade em participar.

Mesmo com esse quadro, não deixaram de ser atendidas as disposições e necessidades do Conselho e em nenhum momento houve prejuízo à atividade ou negligência para os serviços. O quadro em 2012, não é muito diferente, pela continuidade do fator saúde, com tendência a normalizar no segundo semestre deste exercício.

15.8.1. Instituição

Sobre esse aponte, as políticas públicas para as mulheres, embora reconheça a inexistência do Conselho, são atribuídas as diversas Secretarias, como Gabinete da 1ª dama e principalmente à Assistência Social. Em momento algum foi verificada a desassistência do Poder Público quando necessária a intervenção. A criação do Conselho, inclusive, ainda não foi efetivada, pois está sendo atendido toda a demanda desta natureza, até por que as peculiaridades do Município assim o requer. Objeto deste aponte, será sugerido a criação do Conselho para atender a demanda e preencher a lacuna da CF.

15.9.1. Instituição

Sobre esse aponte, reporta-se inicialmente sobre o imensurável número de conselhos que os Municípios são obrigados a constituir, cuja eficácia em determinados temas é questionável. É o caso da Igualdade racial.

Mato Queimado em seus 20 anos de instalação, não apresentou problemas desta natureza, pela cultura de seu povo e pela dinâmica que constitui suas políticas públicas de participação. Dos pouco mais de 1.600 habitantes, é um Município com uma população ativa com faixa etária já avançada e que dificulta a constituição dos Conselhos. Existe uma grande dificuldade em encontrar pessoas que se dispõe, na forma voluntária a participar.

Geralmente as mesmas pessoas tem participado de vários conselhos, o que faz com que sua disponibilidade seja limitada. São mais de 10 Conselhos em atividade permanente, gira em torno de 80 pessoas participando, o que representa pelo menos 5% da população total, se considerarmos a população ativa, temos mais de 10% de nossa população em Conselhos.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto nestes Esclarecimentos, portanto, requer-se:

- a) O acolhimento destes Esclarecimentos, uma vez que apresentados de forma tempestiva, em respeito e obediência ao Regimento Interno desta Corte de Contas;
- b) Que seja concedido Parecer Favorável em nome do Gestor interessado, perante todo o exposto nestes Esclarecimentos.

Nestes termos, pede-se deferimento.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2022.

pp.
Daniel Dias
OAB/RS nº 111.432

pp.
Brunno Bossle
OAB/RS nº 92.802